

GECONT/CONTRAT

Ct. nº. XXX/2010

CONTRATO

de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, Contratante e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, Contratada.

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, a seguir denominado TRIBUNAL, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, com sede em **XXXXXXXXXX/XX**, na **XXXXXXXXXXXXXX**, nº. **XXXX**, Bairro **XXXXXXXX**, CNPJ nº. **XXXXXXXXXX**, representada por seu **XXXXXX**, Sr. **XXXXXXXXXX**, CPF nº. **XXXXXXXXXXXXXX**, a seguir denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato decorrente do **processo nº. 1794/10 É Licitação nº.106/2010 É Pregão Presencial**, regido pelas Leis Estaduais de nº. 13.994, de 18.09.2001, de nº. 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 de 18.04.2008 de nº. 44.431, de 29.12.2006 (e alterações posteriores), com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.1993, além das demais disposições legais aplicáveis e às Cláusulas deste.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente Contrato contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios e produtos e materiais de limpeza e higiene, compreendendo as atividades de suporte administrativo e operacional, bem como a operação e controle de acesso de pessoas, veículos, equipamentos e bens móveis em áreas do Poder Judiciário Estadual localizadas na Secretaria do Tribunal de Justiça e na Comarca de Belo Horizonte, nos termos dos **Anexos** abaixo relacionados, bem como do Edital de Licitação nº. 106/10 e seu Projeto Básico e da proposta da CONTRATADA apresentada à Licitação, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

Anexo I	Quantitativo de Profissionais
Anexo II	Total de Ocupações por Área
Anexo III	Relação de Endereços para Prestação de Serviços
Anexo IV	Especificações Técnicas
Anexo V	Planilhas Estimativas de Custos e Composição de Preços da Contratação
Anexo VI	Planilha Estimativa de Uniformes e EPI's/EPC's
Anexo VII	Planilha Estimativa de Materiais de Consumo - Semestral
Anexo VIII	Planilha Estimativa de Produtos de Limpeza e Higiene Pessoal - Mensal
Anexo IX	Planilha Estimativa de Máquinas e Equipamentos . Depreciação Anual
Anexo X	Planilha Estimativa de Ferramentais - Anual
Anexo XI	Descrição dos Serviços . Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação
Anexo XII	Especificações Mínimas Exigidas para Materiais de Consumo, Produtos de Limpeza e Higiene Pessoal, Ferramentais e Máquinas e Equipamentos.
Anexo XIII	Relatório de Acompanhamento de Serviços
Anexo XIV	Relatório de Acompanhamento Mensal das Substituições de Profissionais

1.1. Incluem-se no objeto desta contratação os serviços de Porteiro, destinados à guarda do patrimônio público, em locais de menor exposição de riscos de ocorrências, sem necessidade do profissional possuir curso de formação específico e utilizar armamento.

1.2 . Caberá a CONTRATADA executar os serviços por meio de profissionais capacitados do seu quadro próprio de pessoal, que preencham, no mínimo, os requisitos constantes do **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

1.3. Executar a prestação dos serviços observando as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho . CLT e legislação complementar, além dos dispositivos contidos nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho pactuados entre os Sindicatos que abrangem as categorias profissionais envolvidas nesta contratação.

1.4. O quantitativo dos serviços está disposto no **ANEXO I É QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS E ANEXO II É TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA.**

1.5. Este contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o TRIBUNAL e os agentes, PREPOSTO, profissionais, ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução dos serviços.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: A execução dos serviços nas dependências das edificações e áreas do Poder Judiciário Estadual, localizadas na Capital do Estado de Minas Gerais, por profissionais pertencentes ao quadro funcional da CONTRATADA, observará o REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, previsto no art. 10, II, ~~º~~, da Lei Federal nº 8.666/93.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a prestação dos serviços deverá ser observada as seguintes disposições:

3.1. A CONTRATADA deverá adequar o valor salarial estimado pelo TRIBUNAL na planilha de formação de preços da contratação, quando detectado que este está inferior ao piso da categoria profissional fixado nas respectivas convenções coletivas de trabalho, observada a proporcionalidade da jornada de trabalho inerente às ocupações contratadas.

3.1.1. Qualquer modificação dos salários praticados nesta contratação somente será permitida quando ocorrer alteração do piso da categoria profissional, em decorrência de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios que deveriam ter sido previstos originariamente.

3.1.2. Constitui obrigação da CONTRATADA adequar as jornadas de trabalho estipuladas neste contrato, quando detectado que as mesmas são superiores à estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

3.2. JORNADA DE TRABALHO: A jornada de trabalho para cada ocupação está prevista no **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

3.2.1. A forma de cumprimento da jornada de trabalho pelo profissionais alocados será determinada pela CONTRATADA, mediante orientação do TRIBUNAL, conforme peculiaridades do local da prestação de serviços nos termos descritos no **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

3.2.2. A CONTRATADA deverá submeter-se às condições contratuais, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos pelo TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas, e ao controle da presença e permanência dos profissionais em serviço e, ainda:

3.2.3. Nas unidades em que, excepcionalmente, não for possível o gozo do direito acima referido, a CONTRATADA deverá solicitar autorização a este TRIBUNAL para o repasse do período correspondente, com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho observando o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

3.2.4. Nas localidades onde não houver expediente aos sábados, e havendo compatibilidade com a jornada de trabalho estabelecida para o profissional, a carga horária prevista para os sábados deverá ser redistribuída de segunda a sexta-feira, nos termos da legislação trabalhista, desde que expressamente autorizado pelo TRIBUNAL, através da COSEC.

3.2.4.1. Na hipótese de redistribuição da carga horária referente aos sábados, a CONTRATADA deverá celebrar acordo formal de compensação com os profissionais.

3.2.5. Assegurar que os profissionais não executem os serviços em dias e/ou horários distintos dos previamente estabelecidos, bem como que cumpram integralmente a jornada e

os horários fixados para a prestação de serviços ao TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada à alteração do horário de trabalho sem autorização dos FISCAIS do contrato.

3.2.6. Exercer, por meio de seu PREPOSTO, controle diário da frequência e pontualidade dos profissionais alocados, visando ao fiel desempenho das atividades contratadas, independente do acompanhamento do TRIBUNAL.

3.2.7. Assegurar que a jornada de trabalho seja cumprida integralmente no local onde o profissional alocado presta serviços, permitida a ausência somente em situações previstas em lei, mediante a imediata substituição para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

3.2.8. Assegurar, na jornada normal de trabalho, o cumprimento de horas extras programadas, bem como aquelas executadas em atendimento a outras situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, devidamente justificadas, desde que previamente autorizadas, por escrito, pela COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GERAIS - COSERG.

3.2.8.1. Observar, na hipótese de aprovação da realização de horas extras, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em acordos ou convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais do objeto deste contrato.

3.2.9. Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho do profissional alocado, que não esteja previamente autorizada, por escrito, pela COSERG.

3.2.9.1. Na hipótese da ocorrência de prestação de serviços extraordinários sem autorização, as horas extras serão objeto de compensação.

3.2.10. Garantir que todos os profissionais, cuja jornada de trabalho seja cumprida em turnos de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), seja diurna ou noturna, usufruam do intervalo intrajornada de, no mínimo, uma hora diária, correspondente à refeição e descanso, conforme previsão no art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.

3.2.10.1. É vedada a realização de serviços extraordinários para os profissionais cuja jornada de trabalho seja cumprida em turnos de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36) - dobra.

3.2.10.2. A substituição imediata dos profissionais é de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, não acarretando qualquer ônus para o TRIBUNAL, haja vista a previsão do repasse mensal da verba referente às substituições de profissionais.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA: A relação dos prédios e respectivos endereços para a prestação de serviços é a constante do **ANEXO III É RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** deste contrato.

4.1. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades administrativas do TRIBUNAL e será determinada pela COORDENAÇÃO DE CONTROLE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - COSEC, ficando qualquer outra alteração sujeita à sua prévia análise e aprovação.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINTA: Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficam designados como GESTOR do contrato pelo TRIBUNAL, o servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente, da Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais - GESEG.

5.1. Em atenção à mesma disposição legal, o TRIBUNAL designa para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na qualidade de FISCAIS, os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Coordenador, na COSERG e na COSEC.

5.2. Durante o período de vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter, diariamente, entre 08 e 19 horas, pelo menos um PREPOSTO, aceito pela Administração do TRIBUNAL, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, bem como para

gerenciar os profissionais envolvidos na prestação de serviços, conforme previsto no art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.1. A indicação do PREPOSTO pela CONTRATADA ocorrerá por meio de declaração escrita, contendo o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à qualificação profissional do empregado indicado.

5.2.2. Na qualidade de representante administrativo da CONTRATADA, o PREPOSTO aceito pelo TRIBUNAL terá competência para receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e tomar decisões sobre a execução do contrato, devendo reportar-se unicamente ao GESTOR e/ou FISCAIS do contrato.

5.3. O PREPOSTO, indicado pela CONTRATADA deverá comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo para tanto:

- a) Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não devem ser interrompidos ressalvados os casos de força maior, justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo TRIBUNAL;
- b) Administrar todo e qualquer assunto que envolva a prestação dos serviços nas dependências do TRIBUNAL;
- c) Estar sempre em contato com os órgãos de fiscalização do TRIBUNAL, adotando as providências requeridas quanto à execução dos serviços;
- d) Cuidar da disciplina dos profissionais alocados, diligenciando para que os mesmos executem unicamente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, conforme exigências previstas no **ANEXO IV - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, observando-se as peculiaridades dos serviços, com vistas a assegurar a perfeita execução dos serviços e evitar o desvio de função;
- e) Diligenciar para que os profissionais alocados não se afastem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados, ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- f) Garantir que seus profissionais ajam com cordialidade e respeito quando do atendimento ao público interno e externo;
- g) Comunicar ao TRIBUNAL, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;
- h) Avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, do TRIBUNAL, ou de terceiros;
- i) Apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;
- j) Prestar esclarecimentos, independentemente de solicitação, sobre outros eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA;
- k) Encaminhar à COSERG e/ou à COSEC todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços.

5.4. Para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, todos os edifícios do TRIBUNAL deverão ser visitados pelo PREPOSTO indicado pela CONTRATADA, pelo menos uma vez a cada mês e sempre que solicitado por este TRIBUNAL.

5.4.1. O PREPOSTO indicado pela CONTRATADA poderá delegar essa atribuição de visitar os edifícios do TRIBUNAL a SUPERVISORES que não pertençam ao quadro de terceirizados cedidos ao TRIBUNAL, através da presente contratação, devendo a CONTRATADA, ainda:

5.5. Encaminhar para a COSEC, **trimestralmente RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS**, conforme modelo constante do **Anexo XIII**, atestando as condições da prestação dos serviços e, se for o caso, sugerindo melhorias e destacando as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual.

5.6. Encaminhar para a COSEC, **mensalmente, RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DAS SUBSTITUIÇÕES DE PROFISSIONAIS**, conforme modelo constante do **ANEXO XIV -**, atestando as condições das substituições de profissionais.

5.7. Os relatórios descritos nos subitens 5.5. e 5.6 deverão ser preenchidos, de maneira concisa e clara, pelo superior hierárquico da unidade que recebe os serviços, ou por responsável por ele designado, no âmbito da Secretaria do TJMG, e pelo Juiz Diretor do Foro ou, também, por representante indicado por esse, na esfera da Justiça de Primeira Instância, bem como visado pelo PREPOSTO da CONTRATADA ou por SUPERVISOR por ele designado.

5.8. Disponibilizar para seus empregados números telefônicos para localização imediata de seu PREPOSTO, bem como fornecer números telefônicos, *e-mails*, *Pager*, ou outros meios legalmente eficazes, para contato das unidades administrativas com o PREPOSTO, ainda que fora do expediente normal de trabalho, sem quaisquer custos adicionais para o TRIBUNAL.

5.9. Manter escritório administrativo na Capital do Estado de Minas Gerais.

5.10. O TRIBUNAL comunicará, por escrito, as deficiências e as irregularidades de qualquer natureza porventura verificadas na execução dos serviços e no descumprimento de cláusulas contratuais, que sejam de responsabilidade da CONTRATADA, estabelecendo prazo para as correções, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.11. Os FISCAIS indicados pelo TRIBUNAL deverão reportar-se, preferencialmente, ao PREPOSTO indicado pela CONTRATADA, ou a seus procuradores, quando se tratar de ciência das ocorrências e de assuntos relacionados à administração da execução do contrato.

5.12. A administração e a fiscalização do TRIBUNAL não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

5.13. A ocorrência de danos ou irregularidades na execução do contrato não implicará co-responsabilidade do TRIBUNAL.

5.14. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o TRIBUNAL se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou pelos FISCAIS designados.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA SEXTA: Constituem obrigações das partes:

6.1. DO TRIBUNAL:

6.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato.

6.1.2. Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, fiscalizar, por meio de seus FISCAIS designados, o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo TRIBUNAL, não devem ser interrompidos.

6.1.3. Expedir ao PREPOSTO da CONTRATADA, por meio da COSERG e da COSEC, autorização escrita para início da execução dos serviços.

6.1.4. Transmitir ao PREPOSTO da CONTRATADA, por meio da COSERG e/ou da COSEC, conforme o caso, as instruções necessárias à realização dos serviços.

6.1.5. Elaborar cronograma de execução de serviços, por meio da COSERG e/ou da COSEC, estabelecendo a programação da execução das atividades, bem como as respectivas alterações, observada a necessidade e conveniência administrativa.

6.1.6. Disponibilizar o local para a execução dos serviços.

6.1.7. Notificar a CONTRATADA para que esta coloque dentro da sua rotina dos serviços prestados pelos seus profissionais, a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após as 18h30min.

6.1.8. Permitir e assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso e a movimentação dos profissionais da CONTRATADA às instalações onde os serviços serão prestados, desde que devidamente uniformizados, quando for o caso, e identificados por meio de crachá.

6.1.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços.

6.1.9. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários à plena execução do objeto deste Contrato.

6.1.10. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-la.

6.1.11. Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com os profissionais alocados por ela.

6.1.12. Efetuar os pagamentos mensais devidos pela execução dos serviços, cumprindo os prazos determinados, desde que observadas as formalidades legais e exigências deste Contrato.

6.1.13. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme, crachá, equipamentos e/ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

6.2. DA CONTRATADA:

6.2.1. Cumprir as especificações previstas no **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** e, ainda:

6.2.2. Implantar, a partir da data prevista na %Autorização de Início da Prestação de Serviços+, a execução e supervisão permanente das atividades, nos locais relacionados no **ANEXO II É TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA** deste projeto básico, observando os horários e a programação de execução, bem como as respectivas alterações, segundo cronograma elaborado pela COSERG, e pela COSEC.

6.2.3. Comunicar imediatamente à COSERG, através de correspondência formal, indicando o motivo para a devida apreciação, quando houver impossibilidade de observar o prazo estipulado pelo TRIBUNAL.

6.2.4. Executar os serviços em conformidade com a programação e orientação estabelecidas pelo TRIBUNAL, primando pela eficiência e cordialidade, qualificando e orientando os seus empregados para que se comportem com postura profissional e apresentem padrões de eficiência e higiene compatíveis com a prestação dos serviços especificados neste contrato.

6.2.4.1. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos, sejam humanos ou materiais, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do TRIBUNAL.

6.2.5. Selecionar, preparar e encaminhar os profissionais integrantes e o seu quadro funcional próprio, em quantidade suficiente e qualificação necessária `execução dos serviços requisitados pelo TRIBUNAL, observada as disposições constantes do, **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, e as condições mínimas estabelecidas neste contrato, sendo obrigatória à observância do devido processo de recrutamento e seleção.

6.2.5.1. Qualquer remanejamento de profissional da CONTRATADA ficará condicionado à autorização, por escrito, da COSERG, ou da COSEC conforme o caso.

Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do Contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao TRIBUNAL, quando houver solicitação formal do GESTOR ou de qualquer um dos FISCAIS do Contrato.

6.2.6. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao TRIBUNAL, quando houver solicitação formal do GESTOR, ou de qualquer um dos FISCAIS do contrato.

6.2.7. Zelar pela disciplina dos profissionais alocados na prestação de serviços, que deverão obedecer às normas internas disciplinares e de segurança do TRIBUNAL, sendo vedado:

- a) Qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;
- b) A permanência dos profissionais cedidos nas dependências do órgão no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;
- c) O consumo, ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do TRIBUNAL, e;

d) O uso de uniforme quando não estiver prestando serviços.

6.2.8. Providenciar para que os profissionais envolvidos na prestação dos serviços assumam o posto com aparência pessoal adequada, observadas as regras de higiene pessoal, mantendo-os uniformizados, e devidamente identificados, através de crachás de acesso às dependências do TRIBUNAL.

6.2.9. Disponibilizar o profissional para a prestação de serviços nas dependências do TRIBUNAL, somente se o mesmo estiver devidamente uniformizado, nos casos em que for estabelecido o uso de uniforme.

6.2.10. Obedecer a norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 6 . Equipamentos de Proteção Individual . EPI.

6.2.11. Apresentar a impressão do Certificado de Aprovação (item 6.9 e subitens da NR 6) de quaisquer dos EPI's efetivamente utilizados pelos empregados designados à execução dos serviços, quando solicitado pelo TRIBUNAL.

6.2.12. Fornecer, obrigatoriamente, sem ônus para os profissionais alocados, os uniformes e complementos adequados, conforme especificações, periodicidade e quantidades constantes do **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

6.2.13. Submeter previamente à análise do TRIBUNAL, através da COSEC, o modelo dos uniformes, para sua aprovação, ou proposição de alterações.

6.2.13.1. Cada entrega do conjunto de uniformes far-se-á mediante %Recibo de Entrega+ assinado pelo profissional cedido, elaborado em três vias, sendo uma para a CONTRATADA, uma para o empregado alocado e uma a ser encaminhada à COSEC.

6.2.13.2. Apresentar à COSEC, mensalmente, e para fins de fiscalização, os comprovantes de entrega dos uniformes, constando data e assinatura dos empregados admitidos no período mensal.

6.2.13.3. A critério do TRIBUNAL, mediante comprovação formal da necessidade, poderão ser fornecidos uniformes e complementos aos profissionais alocados em outra periodicidade que não a prevista no **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

6.2.14. Fornecer os crachás de acesso dos profissionais às dependências das unidades do TRIBUNAL, atendidas por esta prestação de serviços, serão confeccionados com fotografia recente do empregado e tarja magnética, conforme modelo previamente aprovado pela COSEC, devendo ser, obrigatoriamente, recolhidos e entregues à COSEC, no prazo máximo de 01 (um) mês do término do contrato de trabalho dos profissionais alocados nesta contratação.

6.2.15. Fornecer aos seus profissionais, sem repasse de qualquer ônus aos mesmos, todos os Equipamentos de Proteção Individual . EPI e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva . EPC exigidos pelas normas de Segurança do Trabalho, ministrando treinamento de utilização, nos casos necessários, e obrigando-os a utilizá-los durante os serviços.

6.2.16. Encaminhar à COSEC, até o décimo - primeiro mês de vigência contratual, na hipótese de manifestação formal das partes para prorrogação do contrato, escala com o período de usufruto das férias regulamentares de todos os profissionais alocados.

6.2.16.1. A escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais.

6.2.17. Registrar, mediante solicitação da COSEC, as ocorrências e efetuar as substituições dos profissionais que entrarem em férias, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobro).

6.2.18. Repor, no período de férias, a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, substituindo um profissional por outro. Caso o profissional manifeste o interesse em converter 1/3 (um terço) de suas férias em abono pecuniário, o seu substituto irá laborar por vinte dias, que, somados aos dez dias convertidos em abono pecuniário, totalizará os trinta dias que serão reembolsados pelo TRIBUNAL.

6.2.19. Encaminhar à COSEC, para fins de acompanhamento das substituições de profissionais em férias regulamentares, a relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos e o recibo de concessão do aviso de férias.

6.2.20. Providenciar, imediatamente, as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por licença-paternidade, licença-maternidade, licença-médica, ou outro afastamento legal, comunicando a ausência do cumprimento deste encargo à COSEC, em até 03 (três) dias úteis da ocorrência.

6.2.21. Encaminhar, em todos os casos de substituição, os profissionais substitutos para os locais de trabalho mediante formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

6.2.21.1. O formulário de apresentação do empregado substituto deverá ser elaborado em duas vias, sendo uma dirigida ao setor de prestação dos serviços, nos termos descritos acima, e outra à COSEC.

6.2.22. Substituir no prazo estipulado pelo TRIBUNAL, na autorização emitida pela COSERG, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.

6.2.22.1. No cumprimento desse encargo, a CONTRATADA deverá assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar, ou não estiver atendendo ao serviço contratado, será retirado do local de trabalho ou quaisquer outras instalações do **TRIBUNAL**.

6.2.23. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, abrangidos: os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale-transporte e vale-lanche.

6.2.24. Remunerar os profissionais de acordo com os salários definidos no **ANEXO V É PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO** deste projeto básico, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

6.2.24.1. A CONTRATADA deverá excluir do faturamento mensal os dias de faltas não justificadas dos profissionais alocados, os salários daqueles que o TRIBUNAL colocar à sua disposição, e dos que receberem benefícios do INSS (licença-maternidade, auxílio-enfermidade, auxílio acidente do trabalho, etc.).

6.2.24.2. As despesas não previstas na planilha de custos, consignadas nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais alocadas na contratação, deverão ser calculadas no percentual da taxa de administração e detalhadas para devidos fins.

6.2.24.3. Constitui obrigação da CONTRATADA efetuar o pagamento mensal direto na conta corrente dos seus profissionais, visto que não será permitido pagamento em espécie nas dependências do TRIBUNAL.

6.2.25. Fornecer vales-lanche, no valor facial de R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos), que serão entregues no ato da admissão e depois no último dia de cada mês da prestação de serviços, observados os dias efetivamente trabalhados, deduzida a participação do profissional, no percentual de 20% (vinte por cento) do valor facial por mês, bem como as ausências decorrentes de férias, faltas, afastamentos legais e ou licenças.

6.2.26. Encaminhar à COSERG, para fins de acompanhamento da concessão dos vales-lanche, os comprovantes de fornecimento dos benefícios, separado por localidade da prestação de serviços.

6.2.27. Conceder vales-transporte, ou valor em pecúnia aos profissionais, na forma da legislação aplicável.

6.2.28. Providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, com auxílio funeral e auxílio familiar para seus profissionais, devendo apresentar à COSERG o comprovante da contratação do benefício, no início da prestação de serviços, e declaração de adimplemento dos pagamentos dos mesmos, a cada mês, para fins de fiscalização do contrato.

6.2.29. Encaminhar ao local de trabalho quaisquer comprovantes de pagamento devidos aos seus empregados, tais como: vale-transporte, vale-lanche, contra cheques, bem como o conjunto de uniformes.

6.2.30. Fornecer o contra cheque aos empregados até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

6.2.31. Fornecer, por meio eletrônico, a relação nominal dos profissionais que atuarão junto ao **TRIBUNAL**, contendo os dados descritos abaixo, comunicando toda e qualquer alteração que venha a ocorrer posteriormente:

- nome completo;
- endereço residencial, telefone e e-mail, se houver;
- registro profissional nas entidades afins, quando for o caso;
- CPF e RG;
- data de admissão pela CONTRATADA;
- data de início da prestação de serviços no TRIBUNAL;
- ocupação;
- horário de trabalho; e,
- local da prestação dos serviços.

6.2.32. Fornecer à COSERG, obrigatoriamente, no máximo até 30 (trinta) dias após assinatura do instrumento contratual, relação informando a qual entidade sindical pertencem os funcionários que serão alocados para a execução do objeto deste certame, bem como as informações referentes às convenções coletivas e dissídios salariais.

6.2.33. Encaminhar, mensalmente, à GERÊNCIA DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INFORMATIZADOS . GESAD, os arquivos de dados com as informações constantes da folha de pagamento, bem como aquelas referentes a outros benefícios concedidos aos profissionais que prestam serviços através desta contratação, nos formatos estabelecidos pelo TRIBUNAL.

6.2.34. Enviar, mensalmente, à COSERG:

a) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social . GFIP, do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados constantes do contrato. Relativamente aos seus documentos integrantes:

- I) Protocolo do Conectividade Social;
- II) Guia de Recolhimento do FGTS . GRF do mês de competência da prestação de serviços, e respectivo comprovante bancário de recolhimento;
- III) Relação de Empregado por Tomador de Serviços . RET (específico para o Tomador);
- IV) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP . RE, com resumo do fechamento (específico para o Tomador);
- V) Comprovante de Declaração à Previdência Social (específico para o Tomador);
- VI) Comprovante de Solicitação de Retificação para o FGTS, quando ocorrer;
- VII) Comprovante de solicitação de Exclusão, quando ocorrer;
- VIII) A REC, a RET, o Comprovante de Declaração à Previdência, a Confissão de Não Recolhimento de FGTS e de Contribuição Social, a Declaração de Ausência de Fato Gerador para Recolhimento FGTS, a Retificação/Protocolo de Dados do FGTS e o Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer, devem ser impressos para apresentação ao TRIBUNAL.

6.2.35. Encaminhar à COSERG, no início da prestação dos serviços, e/ou a cada nova admissão, os documentos específicos relacionados a ela e aos profissionais pertencentes ao seu quadro funcional, conforme descrição abaixo:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Ficha de registro dos profissionais e das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social, comprovando o registro do empregado;
- c) comprovante do cadastramento dos empregados no regime do PIS/PASEP;
- d) documento que comprove o recebimento de equipamento de proteção individual ou coletiva, se o serviço exigir;
- e) Atestado de saúde ocupacional (ASO), exigível por força da Norma Regulamentadora nº. 7, subitem 7.4.4., anexo à Portaria nº. 3.214, de 8 de junho

de 1978, nas seguintes situações: admissional, periódico, demissional e retorno ao trabalho;

- f) Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na contratação, observada rigorosamente a data de vigência dos mesmos;
- g) Regulamento interno da CONTRATADA, se houver;
- h) Comprovante de opção de fornecimento do vale-transporte, com a quantidade a ser fornecida mensalmente e o valor correspondente, quando for o caso;
- i) Comunicado de Acidente do Trabalho (CAT), na hipótese de ocorrência.

6.2.36. Encaminhar à COSERG, durante a prestação dos serviços, quando devidamente solicitado:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) . cópias das páginas com anotações;
- b) Cartão, ficha, ou livro de ponto assinado pelo empregado, constando as horas normais e extraordinárias trabalhadas;
- c) Recibo de concessão do aviso de férias;
- d) Comprovante da entrega da RAIS¹ e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;
- e) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados . CAGED;
- f) Certidões negativas de débito salarial emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

6.2.37. Apresentar os documentos que poderão ser remetidos em formato pdf, ou outro equivalente, bem como através da apresentação de originais, cópias autenticadas, ou ainda, cópias acompanhadas dos originais, para fins de autenticação pelos FISCAIS do contrato.

6.2.37.1. Sem prejuízo dos documentos exigidos neste contrato, o TRIBUNAL se reserva o direito de, quando assim entender necessário, conveniente e oportuno, solicitar a CONTRATADA, quaisquer outros documentos para fins de comprovação da regularidade e cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos profissionais que prestam, ou prestaram serviços em razão deste instrumento.

6.2.37.2. Caberá a CONTRATADA apresentar os documentos no prazo estabelecido pelo TRIBUNAL.

6.2.38. Arcar com o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços contratados, tais como: saneantes domissanitários, artigos de higiene e limpeza, materiais, máquinas e equipamentos, ferramentais e utensílios, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

6.2.38.1. A título de definição, saneantes domissanitários devem ser qualificados como substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- a) Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- b) Detergentes: biodegradáveis, destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;
- c) Material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido.

6.2.38.1.1. São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

6.2.38.2. Constitui obrigação da CONTRATADA fornecer todos os recipientes para acondicionamento dos sabonetes líquidos, dos papéis toalha e papel higiênico (tipo rolo).

6.2.38.3. O abastecimento dos insumos necessários à completa execução dos serviços contratados deverá, obrigatoriamente, ser realizado por representante da CONTRATADA, não se admitindo a remessa de numerário para aquisição no comércio local por parte dos profissionais alocados.

¹ Relação Anual de Informações Sociais . RAIS, instituída pelo Decreto nº. 76.900, de 23/12/75.

6.2.38.4. Os produtos de consumo deverão ser acondicionados em recipientes específicos e apropriados, não se admitindo o reaproveitamento de embalagens originalmente utilizadas para outros fins.

6.2.38.5. A CONTRATADA deverá encaminhar amostras dos produtos para a COSEC, juntamente com devidos registros na ANVISA / Ministério da Saúde, laudo técnico e laboratorial do papel toalha e higiênico, com comprovação de fabricação em material 100% celulose.

6.2.38.6. A CONTRATADA deverá identificar todas as máquinas, equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do TRIBUNAL.

6.2.38.6.1. As máquinas e os equipamentos, inclusive todos os acessórios, discos para lavagem, suporte para enceradeira, escovas, deverão estar em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações elétricas das unidades do TRIBUNAL.

6.2.38.6.2. Caso haja a necessidade de retirada de algum dos equipamentos para manutenção, a CONTRATADA deverá fornecer outro, evitando, assim, a interrupção na execução dos serviços.

6.2.38.7. A CONTRATADA deverá assegurar que seus profissionais observem conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

6.2.38.8. Compete a CONTRATADA responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, efetuando-os de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e orientações do instrumento convocatório e seus anexos, reparando e corrigindo, às suas expensas, no total ou em parte, e no prazo fixado pelo TRIBUNAL, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

6.2.38.9. Cumprir fielmente este contrato, de modo que os serviços avançados se realizem com esmero e perfeição, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, bem como dos padrões de segurança, conforme Normas Regulamentadoras - NR da Portaria nº. 3.214, de 08/06/78, da Consolidação das Leis do Trabalho . C.L.T. e demais legislação concernente ao objeto contratado.

6.2.38.10. Observar as determinações constantes da Portaria nº. 3.214/78, e suas alterações posteriores, emitida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho/SESMT), quanto à obrigação de atender às exigências relacionadas à constituição e manutenção de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes/CIPA no local da prestação dos serviços, implementação de Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional/PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais/PPRA, e observância das demais normas reguladoras do exercício da profissão, em função de sua condição de Empregadora.

6.2.38.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho.

6.2.38.12. Acatar a fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, dirimindo todas as ocorrências.

6.2.38.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.38.14. Responder, na qualidade de empregador exclusivo, em juízo, ou fora dele, para todos os efeitos de direito, cabendo-lhe assumir inteira responsabilidade:

- a) por todos os atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;
- b) por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre a CONTRATADA e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja no âmbito trabalhista, previdenciário, social, de caráter securitário ou qualquer outro, obrigando-se a saldá-los na época própria;

- c) por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas em dependências do TRIBUNAL;
- d) pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil e administrativa, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- e) pelas multas e indenizações aplicadas ao TRIBUNAL por autoridade competente, pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por qualquer outro órgão fiscalizador dos serviços contratados, em decorrência:
 - do descumprimento das obrigações relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais resultantes da execução do contrato;
 - do descumprimento da legislação específica, de regulamentos e de posturas municipais; e,
 - da inobservância, por parte de seus profissionais, de leis, decretos, normas de segurança do trabalho, regulamentos e posturas municipais.
- f) pela violação de sigilo dos documentos, processo e assuntos internos do TRIBUNAL;
- g) pelo uso indevido de informações sigilosas, ou de uso restrito;
- h) por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRIBUNAL, provocados por ineficiência ou irregularidades na execução dos serviços ora contratados;
- i) por quaisquer danos materiais ou pessoais, direta ou indiretamente, ocasionados ao TRIBUNAL, ao seu patrimônio, a CONTRATADA, ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou PREPOSTO, na execução dos serviços, ou na área de prestação de serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste termo, sendo sua obrigação:
 - I - avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, após tomar conhecimento da ocorrência, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade, ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, do TRIBUNAL, ou de terceiro;
 - II - apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;
 - III - guardar, segurar e proteger todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, de propriedade da CONTRATADA, utilizados nos serviços; e,
 - IV - manter conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, de forma que eles se apresentem em perfeitas condições de uso.

DO VALOR DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O custo total da contratação está estimado em R\$XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), divididos em XX (XXXX) parcelas mensais de R\$XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) sendo:

- a) R\$XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX) divididos em XX (XXXX) parcelas mensais de XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), correndo à conta da Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.01 - **Locação de Serviços de Conservação e Limpeza.**
- b) R\$XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX) divididos em XX (XXXX) parcelas mensais de XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), correndo à conta da Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.02 - **Locação de Serviços de Apoio Administrativo.**

7.1. Compõem o custo da contratação os seguintes itens:

a) **GRUPO A É REMUNERAÇÃO:** corresponde aos salários dos profissionais do **LICITANTE VENCEDOR**, acrescidos dos adicionais, nos casos específicos. Subdivide-se em:

a.1) **SUBGRUPO A.1. É SALÁRIOS, e;**

a.2) **SUBGRUPO A.2. É ADICIONAIS;**

b) **GRUPO B É ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS E TRABALHISTAS (% SOBRE O GRUPO A):** corresponde aos Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas, com respectivos reflexos, devidos pela execução dos serviços contratados, cujos percentuais incidirão sobre o total do **GRUPO A É REMUNERAÇÃO**. Subdivide-se em:

b.1) **SUBGRUPO B.1. É ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS;**

b.2) **SUBGRUPO B.2. É ENCARGOS TRABALHISTAS.**

c) **GRUPO C É LUCRO E DESPESAS INDIRETAS É LDI:** engloba as despesas administrativas, operacionais, lucro, supervisão, seguro de vida em grupo, incluindo todos os tributos e contribuições. Para fins de formulação de proposta, o percentual aceitável é de, no máximo, 10% (dez por cento), incidente sobre o total do **GRUPO A - REMUNERAÇÃO**. Para fins de contratação, o valor do Grupo C não estará vinculado a nenhum Grupo, sendo um valor que permanecerá fixo e será revisto conforme previsão contratual. O IPRJ e a CSLL não deverá ser incluído no LDI, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram pessoalmente à CONTRATADA, não devendo, pois, serem repassados ao TRIBUNAL (Acórdão 1.595/2006 . Plenário, item 9.5.11 e Acórdão 325/2007 . Plenário, do TCU).

d) **GRUPO D É INSUMOS:** corresponde ao reembolso das despesas com fornecimento de máquinas e equipamentos, ferramentais, materiais de consumo, produtos de limpeza e higiene, uniformes e EPIs/EPC's.

e) **GRUPO E É DESPESAS REEMBOLSÁVEIS:** corresponde ao reembolso de despesas referentes ao fornecimento de despesas de vale-lanche, vale-transporte, PAF e PQM.

f) **GRUPO F É RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS (ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E VERBAS RESCISÓRIAS):** Corresponde ao reembolso de férias, abono constitucional, 13º salário, de despesas havidas com todas as verbas rescisórias dos contratos de trabalho e respectivos reflexos e incidências, bem como com a realização de horas extras e incidências.

g) **GRUPO G É TRIBUTOS (% SOBRE O TOTAL MENSAL):** Inclui os tributos que incidirão sobre o faturamento.

7.2. No orçamento estimado para esta contratação estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias à perfeita execução do objeto, tais como:

a) Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras vantagens pagas aos profissionais, observadas às condições previstas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos das categorias profissionais alocadas e, se houver, em regulamento do próprio da CONTRATADA;

b) Todos os demais componentes de custos dos serviços: lucro e despesas diretas e indiretas, além dos tributos e contribuições, e dos insumos a serem disponibilizados à execução . uniformes, treinamentos, vale-transporte, seguro de vida em grupo, entre outras exigências constantes das especificações básicas;

c) Prêmios de seguro, fretes, taxas, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, obrigações financeiras de qualquer natureza, custo da garantia, seguro contra acidentes de trabalho, entre outras;

d) Outros custos inerentes à natureza dos serviços contratados, observada a legislação dos órgãos responsáveis pela expedição de normas técnicas e pela fiscalização e regulação das atividades objeto deste contrato.

7.3. Para efeito de definição de salários e demais benefícios dos empregados que serão alocados pela CONTRATADA, foram adotados os pisos salariais praticados atualmente nos contratos de prestação de serviços celebrados com este Tribunal, em consonância com o valor médio de mercado, observadas ainda as Convenções Coletivas de Trabalho 2010.

DO FATURAMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA OITAVA: Para fins de conferência pelo TRIBUNAL, a CONTRATADA deverá encaminhar à COSERG, o demonstrativo dos valores a serem faturados, correspondentes aos serviços efetivamente prestados ou aos créditos previstos neste contrato.

8.1. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal/fatura discriminada, emitida após o primeiro e, **no máximo, até o 15º dia do mês subsequente** ao da prestação realizada.

8.2. FATURA MENSAL:

8.2.1. Valor: corresponderá ao previsto no **SUBGRUPO A.1 - SALÁRIOS**, considerado o total de mão-de-obra utilizada para a prestação dos serviços contratados, deduzidas as ocorrências arroladas no mês, tais como, faltas, admissões, demissões, férias, etc., acrescido dos percentuais referentes ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS E TRABALHISTAS**, dos valores do **GRUPO C É LUCRO E DESPESAS INDIRETAS É LDI** e dos valores do **GRUPO D É INSUMOS**. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G - TRIBUTOS**.

8.2.1.1. Documentos Necessários:

- a)** Folhas de pagamento analítica e sintética dos empregados alocados, constando às rubricas: %Salário+, %Férias+, %Abono Constitucional de Férias+, 13º Salário+, %Adicional Noturno+ e %Horas Extras+ conforme o caso, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o TRIBUNAL, na forma prevista no art. 225, inc. I do Decreto Federal nº 3.048 de 06 de maio de 1999;
- b)** Comprovante de depósito bancário;
- c)** Relação das ocorrências do mês, como data de início ou término do contrato de trabalho, férias, afastamentos por motivo legal e relação dos profissionais que recebem benefícios do INSS, faltas e repouso semanal remunerado, com respectivos valores, contendo nome, matrícula, salário-base;
- d)** Declaração firmada pelo representante legal e pelo contador/responsável pelo setor de Recursos Humanos da CONTRATADA, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: %Declaramos, sob as penas da Lei, que a folha de pagamento pertinente à competência MM/AAAA, entregue a este Tomador, contém todos os nomes e respectivas remunerações pagas, devidas ou creditadas a todos os empregados que prestaram serviços na execução do contrato firmado com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sob o nº. CT. XXX, tendo sido quitada na sua integralidade%;
- e)** Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social . GFIP, do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados alocados na contratação;

8.3. ADICIONAL NOTURNO:

8.3.1. Valor: corresponderá ao percentual aplicado pela Convenção Coletiva de Trabalho da ocupação correspondente sobre o valor do salário-hora normal diurna dos empregados, multiplicada pela quantidade de horas trabalhadas, conforme folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS E TRABALHISTAS**. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

8.3.1.1. Documentos Necessários:

- a)** Comprovante de depósito bancário;
- b)** Declaração firmada pelo representante legal e pelo contador/responsável pelo setor de Recursos Humanos da CONTRATADA, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: %Declaramos, sob as penas da Lei, que o adicional noturno, pertinente à competência MM/AAAA, devido a todos os segurados que prestaram serviços na execução do contrato firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o nº.XXX, foi

quitado na sua integralidade."

8.4. SUBSTITUIÇÃO DE FALTAS E AFASTAMENTOS LEGAIS (≤ 15 DIAS)

8.4.1. Valor: O percentual referente a esta rubrica, calculado sobre o valor do **GRUPO A-REMUNERAÇÃO** será repassado mensalmente para a CONTRATADA, juntamente com o faturamento do mês de competência da prestação dos serviços.

8.5. ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS:

8.5.1. Valor: O valor desta rubrica será repassado quando da ocorrência das férias. A CONTRATADA deverá conceder ao empregado o valor correspondente a 1/3 constitucional. Sobre o valor apurado incidirão os percentuais referentes ao **SUBGRUPO B1 - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, e por fim os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

8.5.1.1. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário.
- b) Declaração firmada pelo representante legal e pelo contador/responsável pelo setor de Recursos Humanos da CONTRATADA, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: %Declaramos, sob as penas da Lei, que o abono constitucional de férias, pertinente à competência MM/AAAA, devido a todos os segurados que prestaram serviços na execução do contrato firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o nº.XXX, foi quitado na sua integralidade."

8.6. 13º SALÁRIO:

8.6.1. Valor: O valor desta rubrica será repassado quando da ocorrência. Sobre o valor apurado incidirão os percentuais referentes ao **SUBGRUPO B1 É ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, e por fim os percentuais previstos no **GRUPO G É TRIBUTOS**. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento com os empregados em duas parcelas, sendo a primeira parcela no percentual de 50% em julho e a segunda parcela em dezembro.

8.6.1.1. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósitos bancários desses valores;
- b) Declaração firmada pelo representante legal e pelo contador/responsável pelo setor de Recursos Humanos da CONTRATADA, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: %Declaramos, sob as penas da Lei, que a folha de pagamento do 13º salário entregue a este Tomador, pertinente à competência MM/AAAA, contém todos os nomes e respectivas remunerações pagas, devidas ou creditadas a todos os profissionais que prestaram serviços na execução do contrato firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o nº. xxx, foi quitada na sua integralidade.%

8.7. SUBSTITUIÇÃO DE FALTAS E AFASTAMENTOS LEGAIS (SUPERIOR A 15 DIAS):

8.7.1. Valor: O valor desta rubrica será devido no caso de ocorrer substituição de faltas e afastamentos legais superior a 15 dias, quando a CONTRATADA deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços. Para o cálculo do valor de reembolso desta prestação de serviços serão consideradas todas as incidências trabalhistas legais. Incidirão também os percentuais referentes ao **SUBGRUPO B.1 - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** e por fim os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

8.7.2. Documentos Necessários:

- a) Relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Folhas de pagamento, analítica e sintética, dos empregados alocados, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o **TRIBUNAL**, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999.

8.8. SUBSTITUIÇÃO DE FÉRIAS

8.8.1. Valor: O valor desta rubrica será devido no caso de ocorrer substituição de férias, quando a CONTRATADA deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços. Para o cálculo do valor de reembolso desta prestação de serviços serão

consideradas todas as incidências trabalhistas legais. Incidirão também os percentuais referentes ao **SUBGRUPO B1 - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** e por fim os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

8.8.2. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética, dos empregados alocados, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o **TRIBUNAL**, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos;
- d) Formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

8.9. INSUMOS - Ferramental para Jardim, Máquinas e Equipamentos, Materiais de Consumo, Produtos de Limpeza e Uniformes/EPI's/EPC's (inclusive para substituto):

8.9.1. Valor: Os valores referentes a esta rubrica serão repassados mensalmente para a CONTRATADA, juntamente com o faturamento do mês de competência da prestação dos serviços.

8.10. VALE-LANCHE

8.10.1. Valor: Os vales-lanche, no valor facial de R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos), serão fornecidos a todos os empregados alocados na prestação de serviços, conforme quantidade de dias efetivamente trabalhados. O valor previsto em Lei, referente à participação do empregado sobre os vales-lanche fornecidos equivalerá ao percentual de 20% (vinte por cento) do valor facial mensal. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

8.10.2. Documentos Necessários:

- a) Relação, emitida pela empresa fornecedora dos vales-lanche, de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou;
- b) Comprovante de fornecimento dos vales-lanche, separado por localidade da prestação de serviços;
- c) Comprovante de cadastramento da CONTRATADA ao Programa de Alimentação do Trabalhador . PAT.

8.11. VALE-TRANSPORTE:

8.11.1. Valor: corresponderá à diferença entre o valor facial do vale-transporte e a participação do empregado. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

8.11.2. Documentos Necessários:

- a) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-transporte de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou;
- b) Comprovante do depósito efetuado diretamente na conta bancária do profissional, nos locais que não exista bilhetagem eletrônica;
- c) Outro meio documental hábil previamente aprovado pelo TRIBUNAL.

8.12. PAF É PROGRAMA DE ASSISTENCIA FAMILIAR:

8.12.1. Valor: Corresponderá ao valor aplicado pela Convenção Coletiva de Trabalho multiplicado pela quantidade empregados alocados. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

8.12.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante do recolhimento.

8.13. PQM É PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MARKETING

8.13.1. Documentos Necessários:

- a) Comprovante do recolhimento.

8.14. HORA EXTRA AUTORIZADA:

8.14.1.1. Valor: corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho . CCT e pela quantidade de horas praticadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **SUBGRUPO B.1. - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

8.14.1.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário;
b) Espelho de ponto devidamente assinado pelo empregado e resumo da apuração das horas extras.

8.15. VERBAS RESCISÓRIAS:

8.15.1.1. Valor: O reembolso de verbas rescisórias compreenderá as seguintes rubricas com as obrigações abaixo:

- a) **AVISO PRÉVIO INDENIZADO E REFLEXOS:** corresponderá ao reembolso da parcela desta rubrica, constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho . TRCT, acrescido do percentual de incidência do FGTS e INSS, previsto no **SUBGRUPO B.1. É ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)**. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.
- b) **INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (Art. 18, § 1º, da Lei Federal nº. 8.036/90):** corresponderá ao reembolso de 40% (quarenta por cento) dos depósitos relativos ao FGTS, efetuados durante a vigência do contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratados. Os valores dos depósitos deverão estar devidamente corrigidos e sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.
- c) **CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Lei Complementar nº. 110/01):** Corresponderá ao reembolso de 10% (dez por cento) dos depósitos relativos ao FGTS, efetuados durante a vigência do contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratados. Os valores dos depósitos deverão estar devidamente corrigidos e sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.
- d) **INDENIZAÇÃO ADICIONAL (Art. 9º da Lei Federal nº. 7.238/84):** Corresponderá ao reembolso da parcela desta rubrica, constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), acrescido dos percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

8.15.1.2. Documentos Necessários:

- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho . TRCT, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas;
- b) Documento comprovando a concessão de aviso-prévio pela CONTRATADA, ou pelo profissional alocado;
- c) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);
- d) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC), em que conste o recolhimento do FGTS, nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa, ou em caso de extinção de contrato por prazo determinado;
- e) Extrato individualizado do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

- f) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA: O processo de liquidação da despesa decorrerá da verificação da efetiva prestação dos serviços, tomada por prazo de execução, o que dará o direito aa CONTRATADA de receber seu crédito, vedada qualquer antecipação de pagamentos ou inclusão de serviços não previstos.

9.1. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura discriminada.

9.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo própria CONTRATADA obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, nas propostas e no próprio instrumento contratual, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

9.2.1. A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências contratuais e legais, especialmente as de natureza fiscal/tributária, acrescidas das seguintes informações:

- a) Indicação do objeto do contrato;
- b) Indicação do número do contrato;
- c) Indicação, clara e precisa, dos serviços prestados; e,
- d) Destaque, conforme regulação específica, da base de cálculo, alíquota e valor das retenções incidentes - ISSQN, INSS, IRRF e outros, se houver.

9.3. O TRIBUNAL reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento da prestação de serviços contínuos após comprovação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações, cláusulas e condições deste projeto.

9.4. O ateste da fatura correspondente à prestação dos serviços caberá aos FISCAIS da contratação.

9.5. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo TRIBUNAL, através de sua Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária . DIRFIN, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de apresentação do documento fiscal hábil de cobrança à COSERG.

9.6. Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.

9.7. No primeiro e último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pelo TRIBUNAL serão calculados ~~pro rata die~~, pelo período da efetiva prestação dos serviços, considerando o mês comercial de 30 (trinta) dias para efetuar o cálculo.

9.8. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade da CONTRATADA junto à Seguridade Social . CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço . CRF e a Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

9.9. Na hipótese de isenção de algum dos Encargos Sociais Básicos e/ou Tributos, a CONTRATADA deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do **GRUPO B e/ou G**.

9.9.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término do contrato ou decisão terminativa.

9.10. Em se tratando de microempresas ou empresas de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, deverão ser deduzidos do **GRUPO B**, os percentuais referentes ao recolhimento das contribuições às Terceiras Entidades, conforme disposto no § 3º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

9.11. Do montante a pagar à CONTRATADA poderá o TRIBUNAL deduzir:

- a) o valor proporcional aos dias não abonados pelos profissionais da CONTRATADA; e,

- b) os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

9.12. O TRIBUNAL identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, observado que o prazo estabelecido no item 9.5. passará a ser contado a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida.

9.13. A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pelo TRIBUNAL, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.

9.14. Caso a CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao TRIBUNAL no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

9.15. O pagamento correspondente à última nota fiscal/fatura somente será liberado após o cumprimento de todas as tarefas mensais, bem como a correção de todas as pendências apuradas.

9.16. O TRIBUNAL poderá sustar os pagamentos devidos à CONTRATADA, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a) À liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) À existência de débitos para com o TRIBUNAL, quando não coberto pela garantia contratual ou esta for insuficiente;
- c) À existência de débitos para com terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao TRIBUNAL;
- d) Ao descumprimento de obrigação relacionada ao objeto deste contrato, que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do TRIBUNAL;
- e) À não apresentação da garantia de execução, ou sua apresentação de forma irregular;
- f) À comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação quanto à situação de regularidade fiscal da empresa.

9.17. O pagamento efetuado pelo TRIBUNAL não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho na prestação do serviço e de quaisquer irregularidades detectadas durante a vigência contratual.

9.18. O TRIBUNAL poderá realizar glosa de valores de serviços não realizados, na própria fatura, oficiando a CONTRATADA sobre as razões que ensejaram o desconto.

9.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, ~~pro rata tempore~~, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Em, que:

i = taxa percentual anual no valor de 6%

9.19.1. A atualização financeira tratada neste item será incluída no faturamento seguinte ao da ocorrência e dependerá de solicitação da CONTRATADA.

19.20. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao TRIBUNAL, nem poderá onerar o objeto contratado, razão porque as partes contratantes renunciaram expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

19.21. Na hipótese do TRIBUNAL arcar com o pagamento de alguma despesa advinda de conduta que esteja sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta se obriga a promover o respectivo ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comprovação da responsabilidade.

19.22. Caso a CONTRATADA não execute o ressarcimento dentro do prazo estipulado, o TRIBUNAL reserva-se ao direito de descontar o valor do pagamento dos créditos vincendos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA: O restabelecimento da relação pactuada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

- a) Os valores referentes à remuneração, PAF e PQM previstos neste projeto básico serão reajustados quando ocorrer alteração dos salários das categorias, em decorrência de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, vedada à inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente. Isso se refletirá nos grupos onde estiver prevista a incidência do valor remuneratório.
- b) O valor do vale-transporte será reajustado quando ocorrer alteração do valor da passagem do transporte coletivo do Município onde o serviço é prestado, desde que o reajuste seja homologado pelos órgãos competentes;
- c) O valor dos benefícios vale-lanche será reajustado quando ocorrer alteração em decorrência de convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, desde que devidamente registrada(as) e homologada(s) pela Delegacia Regional do Trabalho . DRT/MG, ou ato do Poder Público.
- d) Os valores relativos ao Lucro e Despesas Indiretas . LDI, máquinas e equipamentos, ferramental, materiais de consumo, produtos de limpeza e higiene e uniformes somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

10.1. Fica expressamente vedado o reajuste de quaisquer valores referentes ao Lucro e Despesas Indiretas em prazo inferior a 12 (doze) meses, contados da data limite da apresentação da proposta.

10.2. A proposta de reajuste dependerá de iniciativa da CONTRATADA, devendo ser apresentada ao TRIBUNAL, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ensejador da variação dos componentes de custo desta contratação.

10.3. A inércia da CONTRATADA implicará a perda dos valores retroativos a que faria jus, no caso de inobservância do prazo previsto no subitem anterior.

10.4. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do contrato, se tornarem obrigatórias por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

10.5. A CONTRATADA deverá informar ao TRIBUNAL toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho, durante a execução do objeto contratual.

10.6. Para fins de elaboração do presente contrato foram considerados os valores dos benefícios e o reajuste salarial implementado pelas Convenções Coletivas de Trabalho 2010 celebradas entre o Sindicato os Empregados em Edifícios e Condomínios em Empresas de

DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: O **prazo de vigência** deste termo é de **15 (quinze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, sendo 12 (doze) meses relativos ao prazo de execução dos serviços, acrescido a esse período de execução 03 (três) meses referentes à extensão do prazo de garantia contratual, para fins de verificação da conformidade de execução e cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

11.1. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante acordo entre as parte, por meio de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2. No caso de prorrogação do prazo contratual, o TRIBUNAL se reserva o direito de exigir, durante todo o período de prorrogação, o mesmo atendimento prestado no decorrer da vigência do contrato inicial.

11.3. Caso a CONTRATADA não tenha interesse em renovar o contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção ao TRIBUNAL, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: A CONTRATADA apresentará ao TRIBUNAL, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da **publicação** do extrato deste contrato, comprovante de garantia na modalidade **XXXXXXXXXX**, no valor de **XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto, nos termos estabelecidos neste instrumento.

12.1. A vigência da garantia terá como data inicial a de **XXXXXXXXXX**, início da prestação dos serviços e data final a de **XXXXXXXXXX**, correspondente a 03 (três) meses após a data de término da vigência deste contrato.

12.2. Aditado o contrato ou prorrogado o prazo de sua vigência, fundada no art. 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, obriga prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada ou prestar nova garantia, observando que:

- a)** o valor corresponderá a 5% (cinco por cento) da despesa estimada para o novo período de execução;
- b)** a nova vigência observará os critérios estabelecidos nesta Cláusula, cabendo à CONTRATADA prestá-la ao TRIBUNAL no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

12.2.1. O TRIBUNAL reterá todos os créditos relativos à prestação dos serviços até que seja atendido o disposto no subitem anterior.

12.3. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o TRIBUNAL autorizado a executá-la para cobrir multas sancionatórias, indenização a terceiros, ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão, de responsabilidade da CONTRATADA.

12.3.1. Se o valor da garantia for utilizado para o fim do subitem anterior, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da notificação.

12.4. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

12.5 Havendo garantia, após a execução deste contrato, competirá à CONTRATADA formular ao TRIBUNAL, por meio da DIRFIN/COFIS, o pedido de liberação ou restituição, desde que não haja no plano administrativo ou judicial qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

12.5.1. A devolução da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades civil e penal oriundas da execução do objeto contratual.

12.6. O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:

- a) a CONTRATADA comunicar ao TRIBUNAL previa e justificadamente essa intenção;
- b) os GESTORES do contrato declararem inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;
- c) a substituição seja por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- d) a nova garantia prestada preencher os requisitos do ato convocatório e deste contrato;
- e) no caso de Fiança e Seguro-Garantia exista expressamente prevista a cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituta tenha vigência e igual à da substituída.

DAS ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto da licitação, observado o limite máximo de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: É vedado à CONTRATADA:

- 14.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira sem autorização expressa do TRIBUNAL.
- 14.2. Subcontratar o todo ou parte do serviço, sem prévia e expressa autorização do TRIBUNAL, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.
- 14.3. Interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.
- 14.4. Emitir duplicatas com base neste contrato, não se responsabilizando o TRIBUNAL, em hipótese alguma, por seu pagamento.
- 14.5. Contratar empregado que possua parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, com magistrado ou servidor de 1ª e 2ª Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;
- 14.6. Alocar trabalhador autônomo ou equiparado, para a prestação de serviços neste TRIBUNAL.
- 14.7. Responsabilizar o TRIBUNAL por compromisso assumido com terceiros, envolvendo ou não os profissionais alocados na prestação dos serviços.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

- 15.1. Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.
 - 15.1.1. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.
- 15.2. A não-apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

- a)** Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.
- b)** Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que seja conveniente para o TRIBUNAL.
- c)** Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a prestação dos serviços.

16.1. No caso de rescisão unilateral, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo serviço já prestado até o momento da rescisão.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência por escrito, informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do faturamento mensal, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou na prestação dos serviços, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo TRIBUNAL e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/01 e demais disposições correlatas.

d) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto nº 44.431/06 e alterações posteriores.

17.1. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

17.2. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado do pagamento eventualmente devido pela Administração e, caso não seja suficiente, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

17.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: A eficácia deste Contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais (%Diário Judiciário Eletrônico+).

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um mesmo efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS: